

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1448186 - SC  
(2019/0049332-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO**  
**ADVOGADOS : MARIA LUCIA LINS CONCEIÇÃO - PR015348**  
**TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129**  
**PRISCILA KEI SATO - PR042074**  
**EVARISTO ARAGÃO FERREIRA DOS SANTOS E**  
**OUTRO(S) - SC023751A**  
**EMBARGADO : LUIZ MARIO MACHADO**  
**EMBARGADO : LEONILDA COLLINO CENTENARO**  
**EMBARGADO : ARI BARBIERI**  
**EMBARGADO : MECANICA BRED A LTDA**  
**EMBARGADO : LUIZ ANTÔNIO DECZKA**  
**EMBARGADO : LUIZA STRAUSS**  
**EMBARGADO : LUIZ PILLATI SOBRINHO**  
**EMBARGADO : JULIANE DE BARBA**  
**EMBARGADO : JOSE ROGERIO LUIZ**  
**EMBARGADO : JOSE OTAVIO CALLIARI**  
**ADVOGADA : MAGALI CRISTINE BISSANI E OUTRO(S) -**  
**SC008954**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REFORMA DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública em fase de cumprimento de sentença.
2. Diante da impossibilidade de conhecimento do Recurso Especial, mostra-se irrelevante aguardar o julgamento de Recursos Especiais afetados ao rito dos recursos repetitivos, haja vista que as questões ali discutidas são de mérito, não havendo falar em sobrestamento de recurso que não ultrapassara o juízo de admissibilidade. Precedentes.
3. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constitui-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício - obscuridade, contradição ou omissão -, não podendo, portanto, serem acolhidos quando a parte embargante pretende, essencialmente, reformar o decidido.
4. Considerando o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, aplicável a multa inserta no art. 1.026, §2º, do CPC/2015.
5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrighi  
Relatora